



Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Seguradora) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021.

Os documentos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O modelo de publicação das Demonstrações Financeiras, bem como as informações apresentadas, segue os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021.

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência
A Seguradora é uma *joint venture* criada em 2011 a partir da parceria entre dois dos maiores conglomerados do mundo nos setores segurador e financeiro: Grupos Zurich e Santander. Atua com o modelo de negócio de *Bancassurance* (venda dos produtos de seguros em agências bancárias), tendo o Santander como canal de distribuição. A *joint venture* está presente em cinco países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México.

Com o propósito de assegurar a tranquilidade das pessoas e dos seus negócios, contribuindo para que seus planos prosperem, a Seguradora comercializa seguros de vida, prestamistas, acidentes pessoais e outros ramos ligados a pessoas e oferece planos de previdência privada nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Conjuntura Econômica
A economia brasileira continuou a demonstrar recuperação durante o segundo semestre de 2021, ainda que aquém do projetado no início do ano. A retomada gradual foi impulsionada, principalmente, pelo arrefecimento da pandemia, com a diminuição dos contágios e menor fatalidade da Covid-19.

Esse movimento permitiu a reabertura (por fases) do comércio e do mercado de serviços. Juntamente com essa retomada, acumularam-se os efeitos inflacionários derivados da continuidade da pressão alísta das *commodities*, câmbio e preço da energia. Com isso, a inflação (IPCA) fechou o ano em 10,06%, o que levou o Banco Central a acelerar o ciclo de aperto monetário em 2021, conduzindo a taxa básica de juros (Selic) a fechar o ano em 9,25%. As contas externas continuam a apresentar situação relativamente confortável, impulsionadas pelas exportações de *commodities* e manutenção do nível de reserva.

Desempenho Econômico-Financeiro
No Brasil, a Seguradora possui 100% de participação no capital da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e 99% da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda.

A Seguradora registrou em dezembro de 2021 um lucro líquido de R\$851 milhões (R\$956 milhões em dezembro de 2020), patrimônio líquido de R\$2.977 milhões em dezembro de 2021 (R\$4.187 milhões em dezembro de 2020) e provisões técnicas de seguros e previdência de R\$70.362 milhões em dezembro de 2021 (R\$67.532 milhões em dezembro de 2020).

Para o próximo ano, a principal estratégia é o crescimento dos negócios por meio do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros. A perspectiva é que a Seguradora, continue expandindo seus negócios, aumentando o volume de prêmios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas têm direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido referente ao exercício de, no mínimo 25%, conforme Lei nº 6.404/76. A Assembleia Anual dos Acionistas pode deliberar a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes do último balanço patrimonial anual ou semestral ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses – desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de lucro. Nestes casos, estes dividendos são incluídos integralmente aos dividendos obrigatórios. A Assembleia Geral poderá destinar a formação de reserva para equalização de dividendos, limitada ao valor do capital social tendo como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma

de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O objetivo é manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que uma vez atingido esse limite, poderá ocorrer deliberação sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou o aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas no orçamento da Seguradora. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Covid-19
Em 2021, frente aos desafios da pandemia da Covid-19, a Seguradora manteve o seu compromisso em gerar valor para todos os seus *stakeholders*. Desde o início da pandemia foram adotadas uma série de medidas preventivas para reduzir a proliferação do novo Coronavírus (Covid-19), todas as ações foram baseadas em determinações do Ministério da Saúde e no direcionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Tais medidas foram necessárias para garantir a saúde e bem-estar dos beneficiários e dos prestadores de serviços que fazem parte da rede credenciada. Dentre as ações, destacam-se a orientação de trabalho remoto, em que a Seguradora já possuía uma política específica e, sob orientação do comitê responsável pelo Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o apoio médico específico por meio de Telemedicina, apoio psicológico *on-line*, antecipação do pagamento do 13º salário, flexibilização de benefícios de vale-alimentação e vale-refeição, empréstimo de cadeira de escritório (ergonomia), verba para custeio de internet e ações de engajamento lideradas pelo próprio Diretor Presidente.

Com os avanços da vacinação, a Seguradora também reforçou a manutenção dos protocolos de segurança e lançou em seus canais de Comunicação o “Vacímetro”, com o objetivo de mapear o número de vacinados e incentivar os colaboradores a participarem dessa campanha, sempre com o intuito de conscientizar que essa é a principal forma de combater a disseminação do vírus. Além disso, no segundo semestre de 2021 com uma maior flexibilização a empresa adotou um modelo híbrido de trabalho, em que os próprios colaboradores puderam realizar o trabalho presencial nos dias que fossem mais adequados a cada área, sempre respeitando as determinações do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Todo esse fluxo contou com um Manual de Retorno ao Escritório, que reforçou os principais protocolos de segurança e distanciamento entre as estações, com a redução de 50% das estações de trabalho.

Sustentabilidade
A empresa tem formalizada em sua estratégia de Sustentabilidade, o seguinte compromisso: “queremos impactar positivamente a sociedade em que atuamos e nossos clientes, promover a conscientização dos riscos, a educação e a inclusão financeira, assim como o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, adotando as melhores práticas de gestão e governança corporativa”. Em linha com esse posicionamento, o Grupo Zurich Santander é signatário de importantes acordos voluntários do mercado, como a Declaração sobre Títulos Verdes e os Princípios para o Investimento Responsável, ambos voltados à agenda *Environmental, Social and Governance* (ESG).

A Política de Compras do Grupo Zurich Santander contempla pontos ESG, inclusive todos os contratos com fornecedores possuem cláusula específica sobre o assunto que exige o comprometimento de todos com a diversidade, meio ambiente, prevenção do trabalho infantil, liberdade dos colaboradores para negociar com as dependências dos órgãos, oferta de um ambiente saudável e seguro para todos, prevenção de assédio moral e sexual, prevenção à corrupção etc.

Desenvolvimento Social
Uma das formas para impactar positivamente a sociedade é o apoio a projetos sociais. No primeiro semestre de 2021, o Grupo Zurich Santander se juntou ao Banco Santander na campanha Brasil Sem Fome, da ONG Ação Cidadania. Ao todo 194 colaboradores participaram da iniciativa, que previa a doação de cestas básicas, totalizando mais de 500 cestas.

Em paralelo, o Grupo Zurich Santander fomentou outras campanhas internas de doação e voluntariado, como a arrecadação de alimentos, cobertores e a entrega de marmittas. O público interno também contribuiu para um projeto social da iniciativa Amigo de Valor, ação do Banco Santander que incentiva pessoas físicas e empresas a direcionar recursos do Imposto de Renda aos Fundos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, ao total foram arrecadados R\$126 mil para a ação.

Outra contribuição do Grupo Zurich Santander para a sociedade foi a capacitação de jovens entre 18 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade, no projeto Habilidades para o Futuro. Realizado em parceria com o Instituto Aliança, a Fundação Forge e a Z Zurich Foundation, a iniciativa tem como objetivo oferecer uma grade de ensino, com duração de 5 meses, que englobe *soft e hard-skills*,

bem como um módulo exclusivo de Seguros e Previdência. Em 2021, foram realizadas duas edições que totalizaram 405 capacitados pela iniciativa.

É importante destacar que a Seguradora também contribui para projetos sociais por meio de leis de incentivo, utilizando o teto de seu limite em 2021. No exercício, contribuiu com R\$1,5 milhão para 13 projetos que beneficiaram crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade do país pelo programa Amigo de Valor. Também apoiou nove ações direcionadas ao bem-estar e qualidade de vida de idosos, aporte de R\$1,5 milhão, reunidos pelo Parceiro do Idoso. Já pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) foram destinados para cada o valor de R\$1,5 milhão, totalizando cinco projetos.

Por fim, além de ser a patrocinadora oficial do Teatro Santander, durante o ano de 2021, a empresa disponibilizou recursos para projetos culturais e esportivos.

Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD)
Para uma empresa que lida com o propósito de assegurar a tranquilidade e a proteção das pessoas, é fundamental cuidar também da privacidade dos clientes, colaboradores e fornecedores. Por isso, a Seguradora vem promovendo, desde 2020, um movimento interno para adequação e manutenção às regras da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD). Nesse período, foram criados procedimentos e realizados investimentos em formação, tecnologia e *Data Analytics*, aprimorando a área de proteção de dados junto aos colaboradores, o que impacta diretamente na experiência dos clientes com a empresa.

Reconhecimentos
Dentre os reconhecimentos conquistados em 2021, foram destaque:
“Finanças Mais”: resultado da parceria do jornal Estadão com a Austin Rating, a ação tem o objetivo de premiar as instituições financeiras do Brasil. Em 2021, na sua quinta edição, a iniciativa apontou a Seguradora Zurich Santander Brasil Seguros S.A. como a líder no *ranking* de Seguro Patrimonial pela quinta vez consecutiva.

“GPTW Mulher 2021”: realizada pela consultoria Great Place To Work (GPTW), a quinta edição da premiação Melhores Empresas GPTW Mulher 2021 contou com 641 empresas inscritas. A Seguradora foi eleita, pela quinta vez consecutiva, uma das melhores empresas em práticas de Recursos Humanos voltadas para a promoção da equidade de gênero (8º lugar no segmento de médias empresas).

“GPTW Instituições Financeiras 2021”: a empresa foi reconhecida no *ranking* Melhores Empresas para Trabalhar GPTW – Instituições Financeiras 2021, com a quarta posição no segmento de Seguradoras. A iniciativa é realizada pela Great Place to Work (GPTW), em parceria com a Acrefi e apoio da Tammer Comunicação (4º melhor no segmento de Seguradoras do *ranking* Instituições Financeiras).

Distribuição do Valor Adicionado
A Distribuição do Valor Adicionado do exercício de 2021 demonstra como os valores gerados pela Seguradora retornaram à sociedade. Do total do valor agregado pela Seguradora, R\$89 milhões foram distribuídos aos funcionários e administradores, por meio de pagamento de salários, benefícios e participações nos resultados. A remuneração do capital empregado pelos acionistas representa R\$808 milhões. A parcela relativa ao Governo correspondente aos tributos, taxas e encargos sociais representam R\$587 milhões. Aos participantes e segurados foram distribuídos R\$1.224 milhões da riqueza produzida, correspondentes aos excedentes financeiros gerados por conta da superação da garantia mínima contratual e o pagamento de indenizações e benefícios. Assim a Seguradora cumpre também sua função social, retornando à sociedade a riqueza econômica obtida através de suas operações.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, por sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A..

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2021	2020
Prêmios Emitidos	4.1.2	5.510.989	4.680.911
Contribuições para Cobertura de Riscos		42.203	43.918
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(673.100)	(431.600)
Prêmios Ganhos	27.1	4.880.092	4.292.829
Sinistros Ocorridos	27.2	(1.232.037)	(825.400)
Custos de Aquisição	27.3	(2.610.615)	(2.387.200)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	27.4	(19.763)	(40.237)
Resultado com Operações de Resseguro		18.749	(7.994)
Recicla com Resseguro		39.481	5.540
Despesa com Resseguro		(20.732)	(15.241)
Rendas de Contribuições e Prêmios		10.965.500	13.347.368
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(10.965.519)	(13.437.413)
Recitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		(19)	(45)
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		200.810	168.215
Varição de Outras Provisões Técnicas		7.520	(13.096)
Custos de Aquisição	27.3	(66.817)	(61.126)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	27.4	(20.347)	(2.787)
Resultado com Operações de Resseguro		(105)	8.412
Recicla com Resseguro		–	8.598
Despesa com Resseguro		(105)	(186)
Despesas Administrativas	28.1	(193.709)	(169.811)
Despesa com Tributos	28.2	(226.671)	(214.016)
Resultado Financeiro	28.3	291.725	374.740
Resultado Patrimonial	28.4	184.855	196.403
Resultado Operacional		1.213.668	1.319.127
Resultados antes dos Impostos e Participações		1.213.668	1.319.127
Imposto de Renda	28.5	(200.456)	(214.340)
Contribuição Social	28.5	(148.809)	(135.563)
Participação sobre o Resultado	28.5	(13.751)	(13.714)
Lucro Líquido do Exercício		850.652	955.510
Quantidade de Ações (Mil)		11.251.175	11.251.175
Lucro por Ação – R\$		0,08	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2021	2020
Prêmios Emitidos	4.1.2	5.510.989	4.680.911
Contribuições para Cobertura de Riscos		42.203	43.918
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(673.100)	(431.600)
Prêmios Ganhos	27.1	4.880.092	4.292.829
Sinistros Ocorridos	27.2	(1.232.037)	(825.400)
Custos de Aquisição	27.3	(2.610.615)	(2.387.200)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	27.4	(19.763)	(40.237)
Resultado com Operações de Resseguro		18.749	(7.994)
Recicla com Resseguro		39.481	5.540
Despesa com Resseguro		(20.732)	(15.241)
Rendas de Contribuições e Prêmios		10.965.500	13.347.368
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(10.965.519)	(13.437.413)
Recitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		(19)	(45)
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		200.810	168.215
Varição de Outras Provisões Técnicas		7.520	(13.096)
Custos de Aquisição	27.3	(66.817)	(61.126)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	27.4	(20.347)	(2.787)
Resultado com Operações de Resseguro		(105)	8.412
Recicla com Resseguro		–	8.598
Despesa com Resseguro		(105)	(186)
Despesas Administrativas	28.1	(193.709)	(169.811)
Despesa com Tributos	28.2	(226.671)	(214.016)
Resultado Financeiro	28.3	291.725	374.740
Resultado Patrimonial	28.4	184.855	196.403
Resultado Operacional		1.213.668	1.319.127
Resultados antes dos Impostos e Participações		1.213.668	1.319.127
Imposto de Renda	28.5	(200.456)	(214.340)
Contribuição Social	28.5	(148.809)	(135.563)
Participação sobre o Resultado	28.5	(13.751)	(13.714)
Lucro Líquido do Exercício		850.652	955.510
Quantidade de Ações (Mil)		11.251.175	11.251.175
Lucro por Ação – R\$		0,08	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	850.652	955.510
Outros Resultados Abrangentes	(460.972)	(14.616)
Outros Não Realizados com Títulos e Valores Mobiliários no Exercício	(775.667)	(19.229)
Participação no Resultado Abrangente da Controlada	(16.842)	(2.817)
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial	331.537	7.430
Resultado Abrangente do Exercício	389.680	940.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2021	2020
Atividades Operacionais		850.652	955.510
Lucro Líquido do Exercício		850.652	955.510
Ajustes para:		(104.743)	(143.306)
Depreciações e Amortizações		28.187	19.133
Reverso da Perda por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	27.4	(300)	(93)
Reverso/Constituição de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.3	(457)	23.703
Resultado de Participação em Controlada	28.4	(184.855)	(196.884)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.a	52.682	10.838
Outros		(3)	(3)
Varição nas Contas Patrimoniais:		1.065.896	384.784
Ativos Financeiros		(1.536.675)	(7.585.648)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		(329.074)	(137.397)
Créditos das Operações com Previdência Complementar		3.718	4.861
Ativos de Resseguro e Retrocessão		(29.911)	10
Outros Créditos Operacionais		12.435	(85.064)
Títulos e Créditos a Receber		13.881	(1.315)
Créditos Fiscais e Previdenciários		(72.421)	35.880
Depósitos Judiciais e Fiscais		(28.752)	(979)
Outros Valores e Bens		(4.925)	96
Despesas Antecipadas		(410)	135
Custos de Aquisição Diferidos		(288.022)	(192.801)
Impostos e Contribuições		362.287	391.531
Obrigações a Pagar e Outras Contas a Pagar		(23.555)	40.763
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		134.194	175.611
Débitos de Operações com Previdência Complementar		(3.862)	(4.456)
Depósitos de Terceiros		30.445	(32.593)
Provisões Técnicas – Seguros		2.879.483	7.475.279
Provisões Técnicas – Previdência Complementar		(49.933)	307.697
Provisões Judiciais		(7.128)	(6.497)
Outros Passivos		4.721	(309)
Caixa Líquido Gerado pelas Operações		1.811.805	1.196.988
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Págo		(348.810)	(550.214)
Recebimento de Dividendos		2.000	170.000
Impostos e Contribuições		1.662.995	1.817.774
Atividades de Investimentos		1.662.995	1.817.774
Aquisição de Investimentos		(2.665)	(1.630)
Aquisição de Imobilizado	15.2	(49.199)	(45.757)
Alienação de Imobilizado		392	300
Alienação de Intangível	15.2	–	2.648
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(51.472)	(44.439)
Atividades de Financiamento		(1.600.000)	(903.888)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.600.000)	(903.888)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		(1.600.000)	(903.888)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		11.523	(131.553)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		69.639	201.192
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		81.162	69.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital Social	Reserva de Lucro	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 2019	2.509.177	1.292.806	332.395	–	4.134.378
Títulos e Valores Mobiliários	–	–	(14.616)	–	(14.616)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	955.510	955.510
Proposta para Distribuição do Resultado:					
Reserva Legal	–	47.776	–	(47.776)	–
Reserva de Lucro	–	722.490	–	(722.490)	–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio					



Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.1.4. Resseguros

Os prêmios de resseguro são contabilizados e apresentados na rubrica Resultado com Operações de Resseguro na Demonstração do Resultado. Por ser uma Seguradora de varejo, que comercializa produtos através do canal bancário, a Seguradora, não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e concentração em baixos valores de importância segurada. Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador Local visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos sinistros junto ao Ressegurador Local, embora não liberem o segurador líder da obrigação principal dos riscos de objeto do resseguro, expondo o mesmo ao risco de crédito. As operações de prêmios emitidos de resseguro em dezembro de 2021 e dezembro de 2020 estão representadas pela Mapfre RE (rating A – concedido pela A.M. Best). O diferimento do prêmio de resseguro é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro, sendo reconhecidos linearmente em período de 12 meses. Os custos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base na prestação de contas que a seguradora elabora para a seguradora e submetido a análise do Ressegurador Local.

3.1.5. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos relacionados ao contrato de seguros. Esses custos incluem as comissões a corretores, agenciamentos e angariações que são registradas e diferidas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas de prêmios, ou seja, ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, ou de acordo com a característica de cada contrato. O prazo médio de diferimento destes custos, de acordo com a carteira atual de seguros vigentes é de 48 meses.

3.1.6. Teste de Adequação do Passivo – TAP

As seguradoras devem analisar a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. A Seguradora realizou o Teste de Adequação dos Passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 648/21. O teste abrange tanto seguros de pessoas, quanto de previdência.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 3.7.9.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados, mensurados e apresentados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos principais critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir. Em dezembro de 2021 e dezembro de 2020, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos.

3.2.1. Caixa e Equivalente de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os saldos são de R\$81.162 em dezembro de 2021 e de R\$69.639 em dezembro de 2020.

3.2.2. Ativos Financeiros

Todas as aplicações financeiras devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria a qual foram classificadas, considerando as seguintes:

- I. Valor Justo por Meio de Resultado;
- II. Disponíveis para Venda;
- III. Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.3. Valor Justo por Meio de Resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerenciar tais investimentos e tomar decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos e fundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

3.2.4. Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação às alterações nas condições de mercado e não classificados em outra categoria de Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são contabilizados pelo seu custo de aquisição líquido de custos de negociação pelo seu valor justo. Os ganhos e perdas não realizados (MTM) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os juros (curva do papel) são reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

3.2.5. Empréstimos e Recebíveis

A Seguradora classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Créditos das Operações com Seguros e Resseguros, Créditos das Operações com Previdência Complementar, Títulos e Créditos a Receber e Outros Créditos Operacionais.

Valor Justo

A Seguradora deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se *inputs* observáveis, como juros, volatilidade etc.

Nível 3: Utiliza-se *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da Seguradora. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

Disponíveis para Venda

Os valores das aplicações em fundos de investimentos foram obtidos a partir dos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa foram avaliados seu valor atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre a entidade dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os certificados de depósitos bancários e as CDBs, são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados às variações do CDI, que se aproximam de seu valor justo.

Redução ao Valor Recuperável (impairment) de Ativos Financeiros

A Seguradora avalia o grupo Disponível para Venda trimestralmente ou sempre que indicado se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos da dívida, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do Patrimônio e reconhecido na Demonstração de Resultado.

Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da Demonstração de Resultado.

A movimentação em transferência de carteira realizada em 2021 representa a reclassificação de uma carteira para disponíveis para venda, anteriormente reclassificada como valor justo por meio de resultado.

3.3. Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração do resultado na rubrica Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes.

3.5. Intangível

Os gastos com desenvolvimento de *software* são reconhecidos como ativos intangíveis inicialmente ao custo, desde que haja relação que demonstre a geração de benefícios econômicos futuros e intenção e capacidade da Seguradora em concluir o seu desenvolvimento. Na Seguradora os ativos intangíveis estão representados majoritariamente pelo *ágio*, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição. E estão classificados como ativos de vida útil indefinida e foram avaliados sem índice de *impairment*. Em 2021 a Seguradora iniciou a segunda fase do contrato de *Upfront* (primeira fase iniciada em 2020), em parceria com o Banco Santander e o objetivo de incrementar as vendas, ampliar e aplicar melhorias nos canais de vendas. A amortização é calculada e reconhecida em resultado com base no método linear. A composição do ativo intangível está apresentada na Nota 15.2.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O Imposto Corrente é o imposto a ser pago ou recuperado no período aplicável e registrado no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O Imposto Diferido é representado pelo crédito tributário e a obrigação fiscal diferida é obtida pelas diferenças entre as bases de cálculos contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial nas rubricas Títulos e Créditos a Receber – Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

O imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Em 14 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.183, conversão da Medida Provisória nº 1.034/21, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. No caso das seguradoras de 15% para 20%. Os efeitos dessa legislação foram aplicáveis a partir de julho de 2021, retornando ao patamar de 15% a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.7. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e Circular SUSEP nº 648/21, juntamente com documentos de orientações ao mercado preparados pela SUSEP, e estão classificadas em: (a) Pessoas, (b) Vida Individual e (c) Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e as provisões técnicas de previdência complementar em: (a) Planos não Bloqueados e (b) Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

3.7.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida de cosseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro-rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. Conforme a Circular SUSEP nº 648/21, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

A provisão para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada pela Seguradora com base no comportamento histórico das emissões em atraso, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial (NTA).

3.7.2. Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL

Processos Administrativos: é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até o encerramento do exercício;

Processos Judiciais: é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendendo-se para o risco de cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos. Toda análise é baseada na avaliação dos departamentos jurídicos interno e externos da Seguradora, que levam em consideração o caso concreto e a jurisprudência envolvendo o tema.

A estimativa de um valor confiável de desembolso envolve também a atribuição de graus de certeza no desfecho de uma ação, ou seja, de acordo com as chances de perda. As probabilidades de perdas são classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

3.7.3. Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados – IBNR

A provisão de IBNR é constituída com base em Nota Técnica Atuarial (NTA), considerando a estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de movimentação dos sinistros, de acordo com as normas da SUSEP. A metodologia se baseia em fatores de desenvolvimento obtidos através de triângulos de sinistros incorridos juntamente com os sinistros movimentados (IBNR Global), bem como o comportamento esperado de sinistralidade.

O resultado apurado pelo triângulo é contabilizado como IBNR e contabilizado conjuntamente à PSL para refletir os movimentos dos sinistros já ocorridos e não suficientemente avisados, mais conhecido como IBNER – Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados, essa abertura é segregada conforme o montante dos valores observados com base na aplicação do Teste de Consistência.

Caso a sinistralidade contabilizada, já considerando os valores de IBNR Global apurados conforme acima descrito, esteja num patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá ajustar o ajuste de IBNR.

3.7.4. Provisão de Excedente Técnico – PET

A Provisão de Excedente Técnico é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávits técnicos e operacionais, conforme previsto em regulamento ou contrato.

3.7.5. Provisões Matemáticas de Contribuições a Conceder e Concedidos – PMBaC e PMBC

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas líquidas de remuneração e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimentos especialmente constituídos. A PMBC representa as obrigações

assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituída através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional e planos de previdência complementar – Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e de Vida Geradores de Benefícios Livres (VGBL). Os encargos financeiros incidentes sobre essas provisões técnicas, quando aplicável, são apresentados na rubrica "Despesas Financeiras".

3.7.6. Provisão de Despesas Relacionadas – PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a Provisão de Despesas Relacionadas para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e abrange tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro quanto aquelas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

3.7.7. Provisão de Excedente Financeiro – PEF

A Provisão de Excedente Financeiro corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassando-o aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

3.7.8. Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou a portabilidade solicitadas que estão em processo de liquidação financeira.

3.7.9. Teste de Adequação de Passivos – TAP

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste.

Este teste é realizado por meio de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal para a carteira de seguros e previdência.

Para a realização do teste foram agrupadas as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizado-se como premissa técnica a tabela de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo de seguros.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado. Em 2022 a SUSEP passou a adotar uma nova metodologia de estimação da ETTJ e essa será válida apenas a partir da data-base Junho/2022 para uso regulatório no TAP, porém, a administração já começou a avaliar os seus impactos.

Para grupo de seguros de pessoas, vida individual e VGBL, o teste foi realizado por tipo de risco, que entre outros inclui índice de inflação, tabela de mortalidade, morte, invalidez e demais riscos.

A Sinistralidade é apurada com base no histórico da Companhia para cada segmento ou linha de negócios e para produtos atrelados a cobertura de morte, é calculada pela tabela BR-EMS 2021, conforme Circular SUSEP nº 623/21.

3.8. Provisões e Passivos Contingentes

Com base no CPC 25, as provisões são reconhecidas pela Seguradora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Seguradora nos processos judiciais em que a Seguradora seja ré.

As ações judiciais são avaliadas e, o risco de perda são estimados conforme os seguintes critérios, concomitantemente:

- I – O direito invocado encontra-se amparado na norma jurídica vigente;
- II – Análise de todo o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;
- III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou a obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imputado ao risco revisado, de forma a adequar-se a nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.9. Benefícios aos Empregados – Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Seguradora em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Benefícios a Funcionários – Contribuição Definida

A Seguradora é patrocinadora do plano de previdência privada, sendo o plano oferecido e administrado pela própria Seguradora, para seus empregados e administradores. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade com o provisionamento devido o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;

III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou a obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imputado ao risco revisado, de forma a adequar-se a nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.9. Benefícios aos Empregados – Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Seguradora em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Benefícios a Funcionários – Contribuição Definida

A Seguradora é patrocinadora do plano de previdência privada, sendo o plano oferecido e administrado pela própria Seguradora, para seus empregados e administradores. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade com o provisionamento devido o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;

III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou a obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imputado ao risco revisado, de forma a adequar-se a nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.9. Benefícios aos Empregados – Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Seguradora em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Benefícios a Funcionários – Contribuição Definida

A Seguradora é patrocinadora do plano de previdência privada, sendo o plano oferecido e administrado pela própria Seguradora, para seus empregados e administradores. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade com o provisionamento devido o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;

III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou a obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imputado ao risco revisado, de forma a adequar-se a nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.10. Resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição (CACD).

As operações de cosseguro aceito e de resseguro cedido são contabilizadas com base nas informações recebidas das Congregações e das Resseguradoras.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura por sobrevivência são reconhecidos no resultado no momento da emissão dos certificados, exceto as receitas de contribuição de previdência complementar para cobertura de risco, os quais são registrados pelo período da vigência, independente do seu recebimento.

4 | Gestão de Riscos

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer*, que é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências às políticas internas e externas definidas para os negócios, não só diagnosticando, mas também propondo, orientando e acompanhando os planos e as ações junto às áreas, de forma a mitigar os riscos/exposições da unidade de negócios local.

A Estrutura de Gestão de Riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias, permite também identificar e avaliar se há riscos em que a Seguradora se encontra exposta, que possam estar além do seu apetite de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam estratégias específicas de acompanhamento, de forma a evitá-los, mitigá-los ou transferi-los.

O processo de gerenciamento de riscos envolve diferentes departamentos e conta com a participação de toda a estrutura da Seguradora, possuindo papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro de suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos

constituem a carteira própria da Seguradora, excluindo as cotas de fundos exclusivos garantidores de planos de benefícios.

4.2. Riscos Financeiros

4.2.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas do grupo que são revisadas quando necessário.

A Seguradora está exposta ao risco de crédito por conta de seus ativos financeiros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações dos ativos financeiros por agências de *rating* notoriamente reconhecidas.

A carteira de investimentos de renda fixa é predominantemente composta por títulos públicos brasileiros. A política interna de investimentos define os limites com relação a classes de *rating* mínimo e os riscos de concentração.

O quadro a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito nacional de acordo com agências renomadas (S&P, Moody's e Fitch). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a receber de estipulantes que não possuem *rating* de créditos individuais.

4.2. Riscos Financeiros

4.2.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas do grupo que são revisadas quando necessário.

A Seguradora está exposta ao risco de crédito por conta de seus ativos financeiros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações dos ativos financeiros por agências de *rating* notoriamente reconhecidas.

A carteira de investimentos de renda fixa é predominantemente composta por títulos públicos brasileiros. A política interna de investimentos define os limites com relação a classes de *rating* mínimo e os riscos de concentração.

O quadro a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito nacional de acordo com agências renomadas (S&P, Moody's e Fitch). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a receber de estipulantes que não



ZURICH SANTANDER · SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora. A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, excluídos os vinculados à carteira de previdência, levando em consideração, a melhor estimativa sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são pós-fixadas e algumas Letras Financeiras (LF) são indexados pelo CDI, não apresentando, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Ativos Públicos – Disponível para Venda	Premissas	2021		
		Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido	Saldo Ajustado
Pré-fixados				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Aumento de 1 p.p na taxa	1.698.707	(21.331)	1.677.376
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 1 p.p na taxa	922.123	(29.466)	892.657
Letras Financeiras (LF)	Aumento de 1 p.p na taxa	481.780	(8.219)	473.561
IPCA				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Aumento de 1 p.p na taxa	711.095	(77.655)	633.440
Debêntures	Aumento de 1 p.p na taxa	212.224	(15.586)	196.638
IGPM				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	Aumento de 1 p.p na taxa	10.172	(205)	9.967
Debêntures	Aumento de 1 p.p na taxa	22.572	(1.360)	21.212
Total		4.058.673	(153.822)	3.904.851

Ativos Públicos – Disponível para Venda	Premissas	2020		
		Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido	Saldo Ajustado
Pré-fixados				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Aumento de 1 p.p na taxa	357.815	(9.784)	348.031
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 1 p.p na taxa	3.798.059	(130.449)	3.667.610
Letras Financeiras (LF)	Aumento de 1 p.p na taxa	355.967	(9.162)	346.805
IPCA				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Aumento de 1 p.p na taxa	533.301	(65.431)	467.870
Debêntures	Aumento de 1 p.p na taxa	181.075	(45.782)	135.293
IGPM				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	Aumento de 1 p.p na taxa	18.294	(630)	17.664
Debêntures	Aumento de 1 p.p na taxa	20.581	(7.715)	12.866
Total		5.265.092	(268.953)	4.996.139

4.2.2.2. Risco de Renda Variável (Ações)

O Risco de Renda Variável resulta da variação dos preços das ações que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo.

A Seguradora utiliza o teste de estresse como ferramenta de gestão de risco financeiro. O resultado desta análise é utilizado para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Este teste leva em consideração impactos na exposição em ações que a Seguradora detém. A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de teste de estresse sobre ativos de renda variável da Seguradora, levando em consideração, a melhor estimativa sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Ações	Premissas	2021		
		Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido	Saldo Ajustado
Renda Variável	Aumento de 0,88 p.p na taxa	81.488	(7.171)	74.317
		81.488	(7.171)	74.317

Ações	Premissas	2020		
		Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido	Saldo Ajustado
Renda Variável	Aumento de 0,88 p.p na taxa	37.896	(3.335)	34.561
		37.896	(3.335)	34.561

4.2.3. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora em saldar seus compromissos, quanto a necessidade de liquidação de um ativo em caixa para quitar uma obrigação.

A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez dos ativos, monitorado pela área de Investimentos, é efetuado pela modelagem integrada de ativos e passivos (ALM), com aplicação de modelo interno para mensuração e controle do risco.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Descrição	2021				
	Até 1 ano	Acima de 1 até 5 anos	Acima de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado	14.051.376	39.401.312	7.968.508	1.963.032	63.384.228
Cotas de Fundos de Investimento Exclusivos	14.050.417	39.401.312	7.968.508	1.963.032	63.383.269
Cotas de Fundos de Investimento Abertos	959	-	-	-	959
Ativos Financeiros Disponível para Venda	295.645	2.750.567	780.996	530.846	4.358.054
Títulos de Renda Fixa Públicos	180.067	2.184.991	696.426	460.837	3.522.321
Títulos de Renda Fixa Privados	5.425	565.576	84.570	70.009	725.580
Títulos de Renda Variável	81.488	-	-	-	81.488
Outras Aplicações	28.665	-	-	-	28.665
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	1.970.256	588	-	-	1.970.844
Prêmios a Receber de Seguradoras	1.955.993	-	-	-	1.955.993
Valores a Receber de Seguradoras	8.815	588	-	-	9.403
Valores a Receber de Resseguradoras	5.458	-	-	-	5.458
Créditos das Operações de Previdência	588	-	-	-	588
Valores a Receber	588	-	-	-	588
Outros Créditos Operacionais	91.498	-	-	-	91.498
Ativos de Resseguro e Retrocessão	33.058	5.535	-	-	38.593
Caixa e Equivalentes de Caixa	81.162	-	-	-	81.162
Total dos Ativos Financeiros	16.523.583	42.158.002	8.749.504	2.493.878	69.924.967
Provisões Técnicas	12.747.010	25.230.268	15.644.959	16.739.423	70.361.660
Passivos Financeiros	1.490.468	994	-	-	1.491.462
Contas a Pagar	140.413	987	-	-	141.400
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	1.289.301	7	-	-	1.289.308
Débitos das Operações com Previdência Complementar	3.220	-	-	-	3.220
Depósito de Terceiros	57.534	-	-	-	57.534
Total dos Passivos Financeiros	14.237.478	25.231.262	15.644.959	16.739.423	71.853.122

Descrição	2020				
	Até 1 ano	Acima de 1 até 5 anos	Acima de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado	14.239.931	38.797.024	6.622.870	2.356.716	62.016.541
Cotas de Fundos de Investimento Exclusivos	13.804.435	38.797.024	6.622.870	2.356.716	61.581.045
Cotas de Fundos de Investimento Abertos	920	-	-	-	920
Títulos de Renda Fixa Públicos	434.576	-	-	-	434.576
Ativos Financeiros Disponível para Venda	234.146	2.795.752	1.764.278	170.557	4.964.733
Títulos de Renda Fixa Públicos	169.517	2.434.654	1.610.724	120.028	4.334.923
Títulos de Renda Fixa Privados	5.985	361.098	153.554	50.529	571.166
Títulos de Renda Variável	37.896	-	-	-	37.896
Outras Aplicações	20.748	-	-	-	20.748
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	1.641.470	-	-	-	1.641.470
Prêmios a Receber de Seguradoras	1.632.010	-	-	-	1.632.010
Valores a Receber de Seguradoras	8.991	-	-	-	8.991
Valores a Receber de Resseguradoras	469	-	-	-	469
Créditos das Operações de Previdência	4.306	-	-	-	4.306
Valores a Receber	4.306	-	-	-	4.306
Outros Créditos	103.933	-	-	-	103.933
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8.682	-	-	-	8.682
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.639	-	-	-	69.639
Total dos Ativos Financeiros	16.302.107	41.592.776	8.387.148	2.527.273	68.809.304
Provisões Técnicas	11.541.317	23.738.816	15.182.580	17.069.397	67.532.110
Passivos Financeiros	1.347.661	271.957	-	-	1.619.618
Contas a Pagar	158.376	271.957	-	-	430.333
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	1.155.114	-	-	-	1.155.114
Débitos das Operações com Previdência Complementar	7.082	-	-	-	7.082
Depósito de Terceiros	27.089	-	-	-	27.089
Total dos Passivos Financeiros	12.888.978	24.010.773	15.182.580	17.069.397	69.151.728

4.2.4. Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se o risco estratégico e de reputação.

A gestão dos riscos operacionais e controles internos busca aprimorar a eficácia da prevenção, identificação e mitigação dos riscos, a redução dos eventos relevantes e de perdas operacionais e o alinhamento destas práticas ao ambiente de controle interno estabelecido.

Utilizamos metodologia própria para gestão desse risco, considerando também o SAOR (Self-Assessment of Operational Risks) como principal ferramenta oferecida pelo Grupo Zurich para identificar e avaliar junto às áreas de negócio sobre possíveis riscos operacionais. De igual forma, essa metodologia auxilia e orienta as áreas na descrição e monitoramento dos seus controles internos.

4.3. Outros Riscos

Risco Estratégico é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

Utilizamos a metodologia do grupo Zurich, TRP (Total Risk Profiling) para identificar, avaliar, gerenciar e monitorar riscos estratégicos que ameaçam a capacidade do Grupo de atingir seus objetivos estratégicos.

O TRP é um processo que auxilia os gestores a tomarem riscos calculados mais eficientemente, e os ajuda na determinação daqueles riscos, os quais a equipe está ou não preparada para aceitar sem que outras ações de gerenciamento de riscos sejam necessárias.

Esta identificação ocorre anualmente, porém seus planos de ação são monitorados trimestralmente pela equipe de Riscos com cada responsável, mas nada impede que um risco identificado pontualmente durante o ano seja discutido com os gestores e incluído na matriz. Este é um processo ativo na Seguradora.

4.4. Gestão de Capital

A Gestão de Capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui a gestão da política de pagamento de dividendos, a devolução do capital investido aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Seguradora como referência para o plano de ações gerenciais necessário para atingir seus objetivos.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 432/21.

A suficiência dos ativos livres equivale a R\$963.555 em dezembro de 2021 e R\$2.026.636 em dezembro de 2020. A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado.

Descrição	2021		2020	
	Patrimônio Líquido	2.976.632	4.186.953	(1.313.674)
(I) Ajustes Contábeis	(1.297.868)	(194.999)	(226.986)	(27.453)
Participação em Sociedades Financeiras e não Financeiras, Nacionais ou no Exterior	-	(194.999)	(226.986)	(27.453)
Despesas Antecipadas	-	(2.512)	(2.102)	-
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que Excederem 15% do CMR	-	(27.453)	-	-
Ativos Intangíveis	-	(967.602)	(944.145)	-
Custos de Aquisição Diferidos não Diretamente Relacionados à PPNG	-	(105.302)	(140.441)	-
(II) Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	730.027	226.316	226.316	226.316
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados durante o TAP	-	21.519	17.419	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. apuradas	-	708.508	208.897	-
(III) Ajustes de Qualidade de Cobertura do CMR	(351.744)	-	-	-
Máximo 50% Serão Cobertos pela Soma do PLA de Nível 2 e do PLA de Nível 3	-	(351.744)	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	2.057.047	3.099.595	2.057.047	3.099.595
Capital Mínimo Requerido (b)	1.093.492	1.072.959	1.093.492	1.072.959
Suficiência de Capital (a-b)	963.555	2.026.636	963.555	2.026.636

Níveis de PLA	2021			2020		
	PLA	Ajuste	PLA Ajustado	PLA	Ajuste	PLA Ajustado
Nível 1	1.510.302	-	1.510.302	1.510.302	-	1.510.302
Nível 2	730.027	(183.282)	546.745	730.027	(183.282)	546.745
Nível 3	168.462	(168.462)	-	168.462	(168.462)	-
Total	2.408.791	(351.744)	2.057.047	2.408.791	(351.744)	2.057.047

5. Aplicações Financeiras

5.1. Classificação das Aplicações Financeiras

A classificação e composição das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir. O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no Ativo Circulante.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliações descritas na nota 3.2.2.

Hierarquia	Taxa de juros contratada	Percentual da Carteira	Até 1 ano ou indefinido	Acima de 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Custo Atualizado
Disponível para Venda							
Títulos Públicos							
Títulos de Renda Fixa – NTN-B							
Títulos de Renda Fixa – NTN-B – PIP							
Títulos de Renda Fixa – NTN-C							
Títulos de Renda Fixa – NTN-F							
Títulos de Renda Fixa – LFT							
Títulos de Renda Fixa – LTN							
Títulos Privados							
Letras Financeiras – LF							
Debêntures							
Renda Variável							
Ações							
Outras Aplicações (Nota 30)							
Valor Justo por Meio de Resultado							
Títulos Privados							
Cotas de Fundos de Investimentos							
Cotas de Fundos Exclusivos – Garantidores de Planos de Benefícios – PGBL/VGBL							
Títulos Públicos							
Títulos de Renda Fixa – LFT							
Títulos de Renda Fixa – LTN							
Títulos de Renda Fixa – NTN-B							
Títulos de Renda Fixa – NTN-C							
Títulos de Renda Fixa – NTN-F							



ZURICH SANTANDER • SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.3. Operações com Resseguradoras
Neste grupo estão representadas as operações entre a Seguradora e Resseguradora. O valor é composto pelas recuperações de sinistros:

Descrição	2021	2020
Sinistros a Recuperar de Resseguro Cedido	5.775	469
(-) Redução ao Valor Recuperável	(317)	-
Total	5.458	469

7. Outros Créditos Operacionais

Descrição	2021	2020
Corretores	91.498	103.933
Total	91.498	103.933

8. Ativos de Resseguro e Retrocessão

Descrição	2021	2020
Prêmios – Resseguro	463	453
Sinistros – Resseguro	38.130	8.229
Total	38.593	8.682

9. Títulos e Créditos a Receber

Descrição	2021	2020
Banco Santander (i) (Nota 30)	18.390	16.646
Santander Brasil Gestão de Recursos (Nota 30)	17.539	16.323
Zurich Minas Brasil Seguros (Nota 30)	80	3.168
Zurich Santander Brasil Seguros (Nota 30)	96	733
ZIC HQE (Nota 30)	-	2.589
Outros	6.783	2.545
Total	45.477	39.415

(i) Valores a receber do Banco Santander (Ex-Controlador), referente a sinistros ocorridos anteriores à outubro de 2011

10. Créditos Tributários e Previdenciários

Descrição	2021	2020
Créditos Tributários (a)	195.915	143.233
IRPJ e CSLL a Compensar – Temporários	82.335	63.743
Imposto de Renda na Fonte	1.161	14
Total	279.411	206.990

a) Natureza dos Créditos Tributários

Descrição	Saldo em 2020	Constituição	Realização	Saldo em 2021
Provisão para Contingências Cíveis	6.309	1.690	-	7.999
Provisão para Contingências Fiscais	116.481	-	(6.578)	109.903
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.306	883	-	2.189
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	4	59.580	-	59.584
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.312	220	-	6.532
Outras Provisões e Ajustes Temporários	12.821	-	(3.113)	9.708
Total dos Créditos Tributários Registrados	143.233	62.373	(9.691)	195.915

Descrição	Saldo em 2019	Constituição	Realização	Saldo em 2020
Provisão para Contingências Cíveis	2.613	3.696	-	6.309
Provisão para Contingências Fiscais	109.524	6.957	-	116.481
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.554	-	(1.248)	1.306
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	-	4	-	4
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.331	-	(19)	6.312
Outras Provisões e Ajustes Temporários	11.373	1.449	(1)	12.821
Total dos Créditos Tributários Registrados	132.395	12.106	(1.268)	143.233

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	2021 Total
IRPJ/CSLL	89.001	83.422	22.085	1.192	175	40	195.915
Total	89.001	83.422	22.085	1.192	175	40	195.915

11. Outros Créditos

Descrição	2021	2020
Créditos a Receber – SLA (i)	-	22.616
Adiantamentos a Funcionários	508	665
Outros Créditos	3.693	963
Total	4.201	24.144

(i) O valor a receber de 2021, foi totalmente recebido em dezembro de 2021.

12. Depósitos Judiciais e Fiscais

Descrição	2021	2020
Sinistros	45.373	32.856
Fiscais	290.161	274.702
Trabalhistas	2.324	1.548
Cíveis	97	2.464
(-) Redução ao Valor Recuperável	(97)	(2.464)
Total	337.858	309.106

13. Custos de Aquisição Diferidos

13.1. Custos de Aquisição Diferidos – Seguros e Previdência
Os custos de aquisição diferidos referem-se a operações de seguros e previdência são registrados no ativo circulante e não circulante, e estão assim compostos:

Ramos	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Total	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Total
Prestamista	1.447.366	813.105	9.402	2.269.873	802.438	1.294.763	7.165	2.104.366
Vida em Grupo	104	460.733	2.094	462.931	91	408.970	1.967	411.028
Acidentes Pessoais – Coletivo	75	413.161	8.350	421.586	60	349.954	7.058	357.072
Auxílio Funeral	13	63.705	599	64.317	10	48.211	494	48.715
Doenças Graves	12	49.430	303	49.745	9	38.505	385	38.899
Eventos Aleatórios	2	6.242	51	6.295	2	5.243	29	5.274
Vida Produtor Rural	277	5.900	1.911	8.088	1	2.919	1.104	4.024
Demais Ramos	230	-	-	230	53	-	-	53
Previdência	-	96.102	-	96.102	-	121.114	-	121.114
Total	1.448.079	1.908.378	22.710	3.379.167	802.664	2.269.679	18.202	3.090.545

13.2. Movimentação dos Custos de Aquisição Diferidos
A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	2021			2020		
	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Corretagem	Agenciamento	RVNE
Saldo no Início do Exercício	802.664	2.269.679	18.202	570.376	2.312.313	15.055
Constituições	1.266.736	1.794.421	94.094	613.529	2.009.444	47.667
Amortizações (621.321)	(2.155.722)	(89.586)	(2.866.629)	(381.241)	(2.052.078)	(44.520)
Saldo no Final do Exercício	1.448.079	1.908.378	22.710	802.664	2.269.679	18.202

14. Outros Valores e Bens

Descrição	Saldo em 2020	Reconhecimento Inicial	Despesa de Amortização	Outros	Saldo em 2021
Ativo de Arrendamento (i)	-	7.424	(2.446)	-	4.978
Ativo Mantido a Venda	228	-	-	-	228
Outros	247	-	-	(53)	194
Total	475	7.424	(2.446)	(53)	5.400

Descrição	Saldo em 2019	Reconhecimento Inicial	Despesa de Amortização	Outros	Saldo em 2020
Ativo Mantido a Venda	228	-	-	-	228
Outros	343	-	-	(96)	247
Total	571	-	(96)	(96)	475

(i) O ativo de direito de uso é composto unicamente pelo contrato de aluguel das instalações da Seguradora, em atendimento a CPC 06 (R2).

15. Investimento e Intangível

15.1. Investimento – Participações Societárias
A Seguradora participa em 100% no capital social das controladas Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e 99% da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. Os resultados das equivalências patrimoniais estão assim apresentados:

Participações em Controladas	Participações	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício		Investimento		Controladora Equivalência Patrimonial	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	100%	171.993	206.113	182.807	198.154	171.993	206.113	182.807	198.154
Zurich Santander Brasil Odonto Ltda.	99%	23.166	21.095	2.069	(1.285)	23.006	20.873	2.048	(1.270)
Total		195.159	227.208	184.876	196.869	194.999	226.986	184.855	196.884

15.2. Intangível
A movimentação do intangível está assim apresentada:

	2020			2021				
	Vida útil	Custo	Amortização	Residual	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo
Outros Intangíveis		92.064	(17.911)	74.153	49.199	-	(25.742)	97.610
Sistemas de Computação	3 a 5 anos	61.135	(15.334)	45.801	18.459	-	(14.578)	49.682
Uprant	3 anos	30.929	(2.577)	28.352	30.740	-	(11.164)	47.928
Ágios de Incorporação	Indefinido	869.992	-	869.992	-	-	-	869.992
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. (RTMVP)		434.810	-	434.810	-	-	-	434.810
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)		434.810	-	434.810	-	-	-	434.810
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS)		372	-	372	-	-	-	372
Total do Intangível		962.056	(17.911)	944.145	49.199	-	(25.742)	967.602

	2019			2020				
	Vida útil	Custo	Amortização	Residual	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo
Outros Intangíveis		65.926	(17.452)	48.474	45.757	(2.167)	(17.911)	74.153
Sistemas de Computação	3 a 5 anos	65.926	(17.452)	48.474	14.828	(2.167)	(15.334)	45.801
Uprant	3 anos	-	-	-	30.929	-	(2.577)	28.352
Ágios de Incorporação	Indefinido	870.473	-	870.473	-	(481)	-	869.992
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. (RTMVP)		434.810	-	434.810	-	-	-	434.810
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)		434.810	-	434.810	-	-	-	434.810
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS)		372	-	372	-	-	-	372
Dental Seg Operadora De Planos Odontológicos Ltda.		481	-	481	-	(481)	-	-
Total do Intangível		936.399	(17.452)	918.947	45.757	(2.648)	(17.911)	944.145

O ágio registrado está sujeito ao teste de impairment uma vez ao ano, ou em menor período, caso seja identificado evidência de redução do seu valor recuperável.

Tendo em vista a continuidade das operações, o horizonte de projeção se estenderia ao infinito ou por prazos muito longos. Nesse cenário, a prática é aplicar a projeção por alguns anos, de acordo com a característica do negócio, e ao fim desse período, adicionar um valor terminal. A projeção foi realizada pelo período de 05 anos, até a data base de 31 de dezembro de 2026. O valor terminal foi calculado com base em um fluxo de caixa futuro perpétuo, baseado no valor normalizado do fluxo de caixa operacional do último ano projetado. O teste foi realizado em 30 de setembro de 2021 e está de acordo para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Principais Premissas

Base de Avaliação	Período das Projeções do Fluxo de Caixa (1)	Taxa de Crescimento (2)	Taxa de Desconto (3)
	05 anos	8,16%	13,76%

(1) As projeções de Fluxo de Caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração;
(2) As projeções consideram o crescimento referente à inflação de longo prazo;
(3) A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (Capital Asset Pricing Model), em termos nominais ao ano.

16. Contas a Pagar
As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante, estão assim compostas:

16.1. Obrigações a Pagar

Descrição	2021	2020
Fornecedores	4.342	6.516
Dividendos e Bonificações	1.591	1.190
Participações nos Lucros a Pagar	16.330	15.778
Outros	919	497
Total	23.182	23.981

16.2. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Descrição	2021	2020
Impostos Federais Retidos de Terceiros	37.011	44.629
Contribuições Previdenciárias e FGTS	1.474	1.553
IOF sobre Operações de Seguros	7.518	6.506
Impostos Municipais Retidos de Terceiros	2.274	2.752
Total	48.277	55.440

16.3. Encargos Trabalhistas

Descrição	2021	2020
Férias a Pagar	6.255	4.593
Total	6.255	4.593

16.4. Impostos e Contribuições

Descrição	2021	2020
COFINS	18.593	16.453
PIS	3.021	2.674
Contribuição Social	10.990	-
Total	32.604	19.127

16.5. Outras Contas a Pagar

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços a Pagar	3.818	6.989
Obrigações com Folha de Pagamento	20	74
Provisão para Desenvolvimento de Sistemas	12.736	24.384
Provisão Uprant (i)	4.974	3.624
Outras Contas a Pagar	31.082	55.235
Total	53.338	91.370

(i) Uprant firmado em 2020, conforme nota 3.5.

17. Operações com Seguradoras

Descrição	2021	2020
Prêmios de Cosseguro Cedido	37.705	34.242
Total	37.705	34.242

18. Operações com Resseguradoras

Descrição	2021	2020
Prêmios de Resseguro Cedido	10.567	3.414
Total	10.567	3.414

19. Corretores de Seguros e Resseguros

Descrição	2021	2020
Comissões sobre Prêmios Emitidos	24.329	29.660</

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.4. Movimentação das Provisões Técnicas – Seguros

A movimentação das Provisões Técnicas-Seguros, registrada no passivo circulante e passivo não circulante, está assim apresentada:

Descrição	2021						Outras Provisões	Total
	PPNG	IBNR	PDR	Adminis- trativa	PSL Judicial	IBNeR		
Saldo no Início do Exercício	5.050.247	244.400	20.344	322.778	181.611	(17.257)	182	5.802.305
Constituições Decorrentes de Prêmios	5.562.598	-	-	-	-	-	-	5.562.598
Diferimento pelo Risco Decorrido	(4.895.540)	-	-	-	-	-	-	(4.895.540)
Aviso de Sinistros	-	-	-	1.961.758	80.226	-	-	2.041.984
Pagamento de Sinistros	-	-	-	(922.738)	(66.464)	-	-	(989.202)
Ajuste de Estimativa de Sinistros	-	-	-	(158.966)	52.403	-	-	(106.563)
Atualização Monetária e Juros	-	-	-	-	80.533	-	-	80.533
Baixas	-	-	-	(760.522)	(3.198)	-	-	(763.720)
Outras Constituições	10.180	134.845	84.835	-	-	138.617	156	368.533
Outras Reversões	(4.219)	(122.454)	(56.801)	-	-	(154.722)	(331)	(338.527)
Saldo no Final do Exercício	5.723.266	256.791	48.378	442.310	325.111	(33.362)	7	6.762.501

23.5. Discriminação das Provisões de Sinistros Judiciais

As provisões de sinistros judiciais são constituídas com base em estudo próprio onde determina o registro de 100% das ações com base na IS variando o percentual de acordo com a probabilidade de perda, sendo: 65% para perda provável, 40% para perda possível e 10% para perda remota..

Ações Judiciais Relacionadas a Sinistros/Benefícios	2021			2020		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisão	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisão
Perda Provável	2.210	453.244	201.930	700	101.677	64.747
Perda Possível	2.809	453.184	81.168	3.292	70.897.229	114.459
Perda Remota	2.559	70.901.319	42.013	2.610	585.396	2.405
Total	7.578	71.807.747	325.111	6.602	71.584.302	181.611

23.6. Movimentação das Provisões Técnicas de Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência

Descrição	2021				Outras Provisões	Total
	PMBaC	PMBC	PEF	PEF		
Saldo no Início do Exercício	52.545.227	100.956	5.804	-	13.765	52.665.752
Constituições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	10.468.435	15.057	-	-	-	10.483.492
Pagamento de Sinistros/Benefícios	-	-	(10.693)	-	-	(10.693)
Atualização Monetária e Juros	1.391.810	17.835	(5.793)	-	-	1.403.852
Resgates	(7.382.099)	-	-	-	-	(7.382.099)
Portabilidades Líquidas	(2.579.465)	-	-	-	-	(2.579.465)
Outras Constituições	-	-	-	-	13.613.666	13.613.666
Outras Reversões	(32.457)	-	-	-	(13.577.009)	(13.609.466)
Saldo no Final do Exercício	54.411.451	123.155	11	-	50.422	54.585.039

23.7. Movimentação das Provisões Técnicas – Previdência Complementar

A movimentação das Provisões Técnicas – Previdência Complementar, registrada no passivo circulante e passivo não circulante, está assim apresentada:

Descrição	2021						Outras Provisões	Total
	PMBaC	PPNG	PMBC	PSL	PEF	IBNR		
Saldo no Início do Exercício	8.864.750	1.947	186.450	7.548	1.657	1.185	516	9.064.053
Constituições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	489.295	-	15.647	-	-	-	-	504.942
Aviso de Sinistros	-	-	-	3.875	-	-	-	3.875
Pagamento de Sinistros/Benefícios	-	-	(19.920)	(4.815)	-	-	-	(24.735)
Atualização Monetária e Juros	249.604	-	24.171	405	-	-	-	274.180
Resgates	(523.072)	-	-	-	-	-	-	(523.072)
Portabilidades Líquidas	(246.393)	-	-	-	-	-	-	(246.393)
Outras Constituições	-	24.301	-	-	378	11.120	1.295.418	1.321.217
Outras Reversões	(27.982)	(24.105)	(7.037)	(3.836)	(1.941)	(11.389)	(1.293.677)	(1.269.947)
Saldo no Final do Exercício	8.806.222	2.143	199.311	3.177	94	916	2.257	9.014.120

24. Tributos Diferidos

Descrição	Saldo em 2020		Constituição	Realização	Saldo em 2021
	2020	2021			
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos	42.574	-	-	(42.574)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	229.383	42.574	42.574	(271.957)	-
Total	271.957	42.574	42.574	(314.531)	-

25. Ativos Vinculados para Cobertura das Provisões Técnicas

Descrição	2021		2020	
	Saldo em 2021	Constituição	Saldo em 2020	Constituição
Provisões Técnicas	70.361.662	67.532.110	66.471.861	(64.263.135)
Deduções	(1.488.646)	(1.228.756)	(1.561.815)	(1.445.105)
Direitos Creditórios	(35.494)	(7.003)	(2.636)	(1.226)
Custos de Aquisição Diferido	(63.383.270)	(61.581.045)	-	-
Ativos de Resseguros Redutores de PSL	-	-	-	-
Ativos de Resseguros Redutores de IBNR	-	-	-	-
Aplicações em FIE's – Fase Diferimento/Benefício	-	-	-	-
Total a ser Coberto	3.889.801	3.268.975	-	-
Ativos Vinculados	-	-	-	-
Títulos de Renda Variável	81.488	-	81.488	-
Títulos de Renda Fixa – Públicos	3.522.321	4.769.502	3.522.321	4.769.502
Títulos de Renda Fixa – Privados	720.155	571.166	720.155	571.166
Total	4.323.964	5.340.668	4.323.964	5.340.668
Suficiência em Relação a Cobertura das Provisões Técnicas	434.163	2.071.692	434.163	2.071.692

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social autorizado e integralizado em dezembro de 2021 e dezembro de 2020 é composto por 11.251.175 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$2.509.177.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, depois da constituição da reserva legal.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).
A Diretoria Executiva poderá propor, com parecer favorável do Conselho de Administração: (i) declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço trimestral, (ii) determinar o levantamento de balanços trimestrais, bimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, e (iii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral.

Base de Cálculo dos Dividendos Mínimos Obrigatórios
Descrição
Lucro Líquido do Exercício
Constituição da Reserva Legal
Base de Cálculo
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)
Dividendos Propostos
Juros sobre o Capital Próprio
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Deliberados e Distribuídos:

Descrição	2021		2020	
	Em Milhares de Reais	Bruto	Em Milhares de Reais	Bruto
Dividendos (1)	1.418.335	0,1261	-	-
Juros sobre Capital Próprio (2)	181.665	0,0161	181.665	0,0137
Total	1.600.000	-	181.665	-

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2021, apurados com base no resultado do exercício social de 2021 e reserva de lucro, e pagos no dia 10 de dezembro de 2021.
(2) Deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária de 09 de dezembro de 2021, apurados com base no resultado do exercício social de 2021, e pagos no dia 10 de dezembro de 2021.

c) Reserva de Lucro
A reserva de lucro é composta por reserva legal e reserva estatutária.
A reserva legal é constituída na forma prevista na Lei nº 6.404/76, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.
A reserva estatutária é o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios.
O montante registrado nessa rubrica é de R\$610.849 em dezembro de 2021 e R\$1.359.997 em dezembro de 2020.

d) Ajustes de Avaliações Patrimoniais
Resultado do ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda. Em dezembro de 2021 e dezembro de 2020 o montante registrado nessa rubrica é de (R\$143.193) e R\$317.779, respectivamente.

27. Resultado com os Principais Ramos de Atuação

27.1. Prêmios Ganhos

a) Prêmios Ganhos Bruto de Resseguro

Descrição	Prêmios Ganhos		% Sinistralidade		% Comercialização	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prestamista	2.049.514	1.868.177	14	14	62	64
Vida em Grupo	1.266.796	1.077.347	54	40	44	44
Acidentes Pessoais – Coletivo	1.144.223	1.005.563	18	11	53	57
Auxílio Funeral	179.548	142.147	9	8	48	47
Doenças Graves	167.082	134.579	13	12	43	44
Eventos Aleatórios	16.480	13.652	6	6	45	45
Vida Produtor Rural	12.854	5.206	6	10	45	45
Viagem	1.557	2.304	20	35	36	39
Demais Ramos	3	77	933	195	1,267	58
Cobertura de Riscos	42.035	43.777	-	-	-	-
Total	4.880.092	4.292.829	-	-	-	-

b) Prêmios Ganhos Líquido de Resseguro

Descrição	Prêmios Ganhos		% Sinistralidade		% Comercialização	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prestamista	2.049.002	1.867.886	13	14	62	64
Vida em Grupo	1.248.766	1.065.540	55	40	44	44
Acidentes Pessoais – Coletivo	1.142.143	1.004.167	18	11	53	57
Auxílio Funeral	179.548	142.147	9	8	48	47
Doenças Graves	167.082	134.579	13	12	43	44
Eventos Aleatórios	16.480	13.652	22	8	45	45
Vida Produtor Rural	12.745	5.177	6	10	46	45
Viagem	1.557	2.302	60	35	36	39
Demais Ramos	2	78	(10,600)	191	1,900	58
Cobertura de Riscos	42.035	43.777	-	-	-	-
Total	4.859.360	4.279.305	-	-	-	-

27.2. Sinistros Ocorridos

Descrição	Sinistro Bruto de Resseguro		Sinistro Líquido de Resseguro	
	2021	2020	2021	2020
Prestamista	(295.377)	(262.516)	(260.468)	(262.432)
Vida em Grupo	(684.267)	(425.853)	(684.267)	(425.853)
Acidentes Pessoais – Coletivo	(207.434)	(107.467)	(203.102)	(107.363)
Auxílio Funeral	(17.035)	(11.149)	(17.035)	(11.149)
Doenças Graves	(22.539)	(15.867)	(22.539)	(15.867)
Eventos Aleatórios	(3.625)	(1.078)	(3.625)	(1.078)
Vida Produtor Rural	(796)	(513)	(796)	(513)
Viagem	(936)	(807)	(936)	(807)
Demais Ramos	(28)	(150)	212	(149)
Total	(1.232.037)	(825.400)	(1.192.556)	(820.137)

27.3. Custo de Aquisição – Seguros e Previdência

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Prestamista	(1.278.029)	(1.199.211)	(1.278.029)	(1.199.211)
Vida em Grupo	(553.832)	(475.827)	(553.832)	(475.827)
Acidentes Pessoais – Coletivo	(607.981)	(375.997)	(607.981)	(375.997)
Auxílio Funeral	(17.035)	(11.149)	(17.035)	(11.149)
Doenças Graves	(22.539)	(15.867)	(22.539)	(15.867)
Eventos Aleatórios	(71.164)	(59.542)	(71.164)	(59.542)
Vida Produtor Rural	(7.365)	(6.197)	(7.365)	(6.197)
Viagem	(5.809)	(2.343)	(5.809)	(2.343)
Demais Ramos	(559)	(907)	(559)	(907)
Previdência	(38)	(45)	(38)	(45)
Total	(67.328)	(61.632)	(67.328)	(61.632)

27.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Operacionais	53.811	20.377	53.811	20.377
Outras Receitas com Operações de Seguros	53.793	20.360	53.793	20.360
Outras Receitas com Operações de Previdência	18	15	18	15
Despesas Operacionais	(93.921)	(63.401)	(93.921)	(63.401)
Despesas com Administração de Apólices	(1.152)	(1.006)	(1.152)	(1.006)
Reversão por Redução do Valor Recuperável	(300)	(93)	(300)	(93)
Despesas com Títulos de Capitalização	(29.110)	(19.667)	(29.110)	(19.667)
Despesas com Provisões	(9.801)	(5.708)	(9.801)	(5.708)
Outras Despesas com Operações de Seguros	(33.211)	(34.414)	(33.211)	(34.414)
Outras Despesas com Operações de Previdência	(20.347)	(2.513)	(20.347)	(2.513)
Total	(40.110)	(43.024)	(40.110)	(43.024)

28. Detalhamento das Contas de Resultado

28.1. Despesas Administrativas

Descrição	2021		2020	



ZURICH SANTANDER · SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Raul Nicolás Vargas

Conselheiros Suplentes

Eduardo Marcelo Feldman Maur
Fabio Coelho Neto
Hélio Flagon Flausino Gonçalves

José Borba Bailone
Paolla Gray Caldas
Sven Feistel

Conselheiros Efetivos

Francisco del Cura Ayuso
Gustavo Bortolotto
Juan Manuel Criado

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Sidemar Aparecido Spricigo

Alessandro Chagas Farias
Ana Puche Lázaro
Andrés Leal Alonso

Carlos Rey de Vicente
Carmen Martínez Briongos
Edson Luis Franco

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Marcelo Malanga

Diretor Financeiro
Alejandro Gabriel Widder

Diretores Produtos

Cesar Alves Vital

João Batista Mendes de Angelo

COMITÊ DE AUDITORIA

Fernando Antonio Sodré Faria

Hélio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcia Morais Ferreira – MIBA nº 2531

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Alejandro Gabriel Widder

CONTADOR

Ana Paula Lima Petri – CRC 1SP 267.635/O-1

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo-SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti – MIBA 2147

COMITÊ DE AUDITORIA

e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2021.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2021 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2021, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, Ernst & Young Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2021, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

Membros

Fernando Antonio Sodré Faria

Hélio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em um complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 23.1, 23.2 e 23.3, em 31 de dezembro de 2021, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Seguradora eram de R\$6.762.501 mil, R\$54.585.039 mil e R\$9.014.120 mil, respectivamente. O processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento e mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de

capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº3.7.9.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas e no teste de adequação de passivos, foram considerados um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Seguradora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador
CRC-1SP184050/O-6

